

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.533 - MS (2019/0243972-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS DOMINGOS
ADVOGADOS : KATIUSCIA DA FONSECA LINDARTEVIZE E OUTRO(S) - MS014649
JONHY LINDARTEVIZE - MS017520
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES E OUTRO(S) - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA – APURAÇÃO DE AÇÕES E DIVIDENDOS EM CONJUNTO – POSSIBILIDADE - TERMO FINAL DOS DIVIDENDOS – DATA DA EFETIVA ENTREGA DE AÇÕES OU SUA LIQUIDAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nota-se que apesar da presente demanda tratar apenas da entrega de ações, nada obsta que se aproveite a perícia para o cálculo dos dividendos, ainda que este último seja discutido em ação autônoma, como, aliás, consignou o juiz "a quo" na letra "k", em observância aos princípios da celeridade e economia processual. 2. São devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação (no caso de conversão em perdas e danos), em razão do princípio da fidelidade ao título, devendo ser alterada a letra "h" da decisão agravada." (e-STJ, fl. 22)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls. 45/49).

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação aos arts. 1.036 e 927, III do Código de Processo Civil de 2015 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que deve ser aplicado ao presente caso o Resp 1.301.989/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos com relação aos juros de mora e com relação a data do termo final da

transformação das ações em dinheiro.

É o relatório. Passo a decidir.

Com relação à suposta violação aos arts. 1.036 e 927, III do CPC/15, o Tribunal de origem afirmou que o Resp 1.301.989/RS é inaplicável ao presente caso pois a data de conversão em perdas e danos não foi objeto das razões recursais, mas somente a data de pagamento dos dividendos, o que foi provido conforme requerido pelo agravante, sob pena de violação ao princípio da adstrição *in verbis*:

"O embargante que houve omissão do Colegiado sobre tese firmada em julgamento de caso repetitivo no REsp n. 1.301.989/RS, no sentido de que, na impossibilidade de subscrição de ações, o critério de conversão de perdas e danos deve ser a cotação das ações em bolsa de valores na data do trânsito em julgado da demanda.

Pois bem. Os declaratórios não merecem guarida. Esclareça-se, inicialmente, que o vício de omissão consiste no silêncio ou inércia do órgão julgador quanto a tema sobre o qual deveria se pronunciar. No caso, não foi objeto do agravo a data a ser adotada para conversão das perdas e danos, mas tão somente a data de pagamento dos dividendos, o que, inclusive, foi provido pelo Colegiado na forma defendida pelo agravante/embargante. Anoto não ser possível apreciação de ofício de questão não devolvida no recurso, que não consista em matéria de ordem pública, sob pena de julgamento extra petita ou ultra petita, ou ainda supressão de instância." (e-STJ, fls. 45)

O fundamento de que a data a ser adotada para conversão das perdas e danos não foi objeto de apreciação e seu conhecimento representaria julgamento *extra* ou *ultra* petita não foi objeto de impugnação e é suficiente, por si só, a manter a decisão da Corte de origem, o que atrai, na hipótese, a incidência por analogia da Súmula 283 do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. MONTADORA DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIAS. SOLIDARIEDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor

da Súmula n. 283/STF.

2. "A fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia. Precedentes" (AgRg no AREsp 629.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 495.367/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

Ademais, o recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos.

Confiram-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

(...)

III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que inocorreu no presente caso.

IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ de 03.10.2005)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA

284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.

(...)

IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial.

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro **FELIX FISCHER**, DJ de 26.09.2005)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator